

A cultura importa

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Poucos lembram da importância que tem a cultura no progresso em qualquer país, em qualquer momento, especialmente no Brasil, nos próximos anos. A primazia da renda e dos preços no dia a dia de cada pessoa e no futuro do país coloca a economia como o setor de maior preocupação na formação e nos rumos do próximo governo.

Depois dos turnos eleitorais para escolher o presidente, investidores e consumidores ficam na expectativa de como o eleito vai conduzir a economia. Poucos se preocupam com os rumos a serem adotados pelo Ministério da Cultura e com quem vai ocupar a pasta. Entre esses poucos, a preocupação mais comum é em saber quem vai cuidar dos órgãos de promoção e financiamento das atividades artísticas. Quase todos esquecem que vai caber a esse ministério coordenar a grande luta pela recuperação da mente brasileira, comprometida nos últimos quatro anos pela visão obscurantista, preconceituosa, censora, promovida pelo ainda presidente e seus asseclas mentais.

Depende da cultura vencer o próximo turno para eleger uma mente brasileira capaz de sair das visões preconceituosas contra nordestinos, homossexuais, mulheres, pobres, negros, para um sentimento de unidade nacional com respeito à diversidade. É preciso deixar o obscurantismo e as mentiras do mito e assumir o compromisso com a verdade e a ciência. É preciso uma mente que sinta indignação diante da desigualdade e tenha compromisso com a superação da pobreza e do analfabetismo. É preciso superarmos o ódio pela política e desenvolvermos o gosto pelo debate entre opiniões e preferências; buscarmos um Brasil não apenas mais rico para todos de hoje, mas também melhor e mais belo para as futuras gerações.

Para isso, a cultura deverá superar a criminalização do mundo artístico que o discurso bolsonarista promoveu. E também acabar com a censura, explícita ou implícita, exercida contra as linhas de pensamento que não afinam com os credos oficiais do governante e seus auxiliares obscurantistas; sobretudo, retomar o gosto pelo diálogo entre os que pensam diferentemente e promover o debate livre para mergulhar na alma brasileira e



captar os sonhos de utopia que ela mantém para o futuro, no momento de perplexidade, desencanto e frustrações.

Todos sabem que o bolsonarismo foi responsável pela morte precoce de centenas de milhares de pessoas, vitimadas pela covid-19. Precisamos despertar para outro genocídio, cometido sobre a mente do Brasil. A educação de base será a vacina fundamental para superarmos esse “mentecídio” do desencanto obscurantista. Mas são as artes plásticas, a literatura, a fotografia, o cinema, teatro, museus, festivais que reencantarão o Brasil: promovendo o entendimento e retomando os sonhos coletivos do povo. São os ensaios científicos que explicam a realidade, mas é arte que forma a maneira como o povo sente o mundo.

A poesia de João Cabral com a música de Chico Buarque, o romance de Graciliano Ramos, os filmes de Glauber Rocha despertam o sentimento de injustiça social, cuja lógica dos textos de Josué de Castro e Celso Furtado explicam. As fotografias de Sebastião Salgado abrem mais nossos olhos do que os livros sobre a Amazônia. Mas é, sobretudo, a disseminação das ideias que as artes promovem, criando um sentimento coletivo de como um povo percebe sua realidade, seu passado, seu destino. Os textos acadêmicos explicam para quem os lê, e a cultura aglutina as ideias de pessoas no sentimento do povo.

Nos próximos anos, os técnicos serão fundamentais para recuperarmos nossas finanças, evitarmos inflação, promovermos crescimento, emprego, renda, mas serão os artistas que nos encantarão, promovendo a beleza e os valores para um Brasil melhor e mais belo. A economia é a base material, mas só a cultura permitirá imaginar e desejar o Brasil de todos e para todos, formular sonhos utópicos, respeitar o papel da ciência e da beleza, o gosto pela verdade e pela tolerância, o repúdio aos preconceitos.

A economia e as finanças são fundamentais para caminharmos no presente, mas é a cultura que assegura sustentabilidade ao tecido social e justifica o destino para onde caminharmos juntos. Como disse o poeta, “sonhos sonhados juntos viram realidade”.

Hora e a vez de Wellington Dias

» RAUL VELLOSO
Economista

Segundo a CBN, em relação à PEC da Transição, que o novo governo se empenha para aprovar, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, teria dito que, por último, “o ajuste das contas públicas se tornou interminável”. O que ele talvez tenha querido dizer é que, com base no que se tem visto até agora, o ajuste tende a ser necessariamente demorado, o que parece ser basicamente correto. Tanto que foi lá atrás no final de 2016 que o governo Temer aprovou a PEC do Teto dos Gastos com teto igual à inflação decorrida, mas depois os governos tiveram de renovar sua vigência algumas vezes por descumprimento da regra. E, agora, na transição entre o governo Bolsonaro e o de Lula, repete-se o mesmo problema do não cumprimento da exigência de o gasto crescer no máximo pela inflação decorrida, só que, com o passar do tempo, o “buraco” a perdoar por uma nova emenda vai se tornando cada vez maior.

Meu ponto central é que, originalmente, os formuladores do teto cometeram o erro de não considerar o alto grau de rigidez dos gastos, pois apenas dois itens, Previdência e Assistência, têm um peso imenso em relação ao total (tendo passado de 28,3 para 68,2% em 2021, por exemplo, sendo 51,8 para o primeiro e 16,4% para o segundo neste último ano). Como Assistência é a prioridade um e Previdência é o gasto “mais obrigatório” de todos, não há como reduzir rapidamente o ritmo de crescimento do gasto sem um esforço de ajuste brutal no item Previdência. Ponto.

Essa é a tecla em que mais tenho batido ultimamente, ainda que esse tipo de ajuste seja necessariamente demorado, como bem Alckmin deve ter farejado. E em que pese o fato de a obrigatoriedade de zerar os déficits previdenciários já está prevista em uma nova emenda (no § 1º. do Art. 9º. da EC 103, de 12/11/19), algo que poucos sabem, como tal providência requer necessariamente vários anos para ser cumprida, é fácil os gestores públicos “atrasarem” sua execução, e os exigentes mercados e seus assessores, ignorantes no assunto, continuarem exigindo à toa que se tenha uma regra simples que se expresse em um número mágico como a atual taxa do teto, que seja verificável no máximo em um ano.

Outra questão que passou a dominar a pauta da mídia é a escolha do ministro da Fazenda, que é obviamente importante. Mas, sinceramente, não vejo por que se preocupar tanto com isso quando se sabe que Fernando Haddad adquiriu bastante experiência em gestão pública nos cargos que já exerceu.

Na verdade, a mídia precisa se voltar para aquele que é, esse sim, o principal problema, ou seja, a substituição da âncora fiscal que ruiu — o teto de gastos — por outra que funcione. Conforme acabo de explicar, o “x” da questão é o enorme desequilíbrio previdenciário, que precisa ser combatido do jeito certo, e com o amparo do Art. 9º. Da EC 103. E eliminá-lo é urgente (aliás, aqui está a nova âncora), porque a falta de correção desse desequilíbrio está exaurindo os recursos disponíveis para investimento público.

O presidente-eleito, Lula da Silva, deveria, então, convocar todos os governadores na primeira semana de janeiro, como já sinalizou, para, em reunião subchefiada pelo governador Wellington Dias, que, em boa medida, já fez esse trabalho em sua recente gestão no Piauí, deslanchar a tarefa. A partir desse encontro, seriam preparadas, com base em diagnósticos adequados, para pelo menos o Regime Próprio da União, e o de todos os Estados e os principais municípios, metas de recuperação do espaço para investir.

Wellington, a propósito, é talvez o único governante que passou a priorizar o ajuste previdenciário em suas recentes gestões no governo do Piauí. Tanto assim que, seguindo o passo-a-passo convencional de aprovar reformas e estruturar um fundo previdenciário que vá absorvendo gradativamente a grande maioria dos antigos segurados, mediante o aporte de ativos e outras receitas para cobrir com recursos firmes as necessidades de financiamento, ele passou a construir um caminho firme para zerar os chamados déficits previdenciários financeiros e atuariais.

Brasil: por que o quarto país em investimentos de inovação é o 54º no Índice Global de Inovação?

» CARLOS ALBERTO SANTANA

Advogado, é empresário, CEO da CS Invest e sócio fundador da Tecnobank

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ocupa o quarto lugar entre os países que mais recebem investimentos em inovação, mas está apenas em 54º lugar no Índice Global de Inovação (IGI) de 2022, consolidado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Quais seriam as razões dessa dicotomia e como superá-la?

O Brasil ainda tem muitos problemas socioeconômicos estruturantes a resolver e para isso conta com um povo alegre e criativo na superação de suas adversidades diárias. Nosso ambiente se mantém fértil ao surgimento de ideias inovadoras tanto pelas nossas necessidades quanto pela capacidade da nossa gente. O longo caminho que temos a percorrer é cheio de desafios, mas conta com recursos disponíveis e um gigantesco potencial de realização, o que deve ser encarado como janela de oportunidade.

Cabe ressaltar que a 54ª posição do Brasil no IGI deste ano foi comemorada e seu desempenho considerado acima da média, com avanço de três posições em relação a 2021, rendendo-lhe a entrada, em segundo lugar, no ranking de líderes mundiais em inovação para América Latina e Caribe, logo atrás do Chile. O resultado é bom, mas pode melhorar.

Os Estados Unidos avançaram da 7ª para a 2ª posição no IGI entre 2018 e 2022, resultado em grande medida atrelado à alta performance que o Vale do Silício vem desempenhando há décadas em matéria

de inovação. Uma das medidas determinantes desse sucesso é a concessão de vistos especiais a estudantes com alta capacidade comprovada, política pública que vem atraindo talentos e investimentos em larga escala, mantendo o ambiente altamente inovador. Inúmeras startups surgiram ou se consolidaram no Vale do Silício americano, que hoje reúne algumas das maiores empresas de tecnologia do mundo.

Em vários outros lugares, inclusive no Brasil, ideias promissoras não se materializam em grandes inovações e muitas startups acabam falindo antes mesmo, ou logo depois, de um breve sucesso. Portanto, além dos recursos financeiros, há outras variáveis que determinam o êxito. Muitas iniciativas boas são concebidas fora de contexto e acabam não sobrevivendo, sendo engolidas pelo status quo, seja por não estarem aderentes ao mercado em que se pretendem inserir, seja pelo ecossistema político.

Os investidores de sucesso precisam estar atentos ao campo em que atuam, promovendo uma integração harmônica entre um produto ou serviço inovador e todo o conjunto de atores a ser impactado, calculando os possíveis conflitos decorrentes da inovação proposta, bem como suas possíveis soluções.

Não raro uma inovação exige adequações regulatórias e o custo das ações políticas deve ser igualmente calculado, pois sempre há uma hierarquia de preferências e de atores no processo decisório e, em geral, existe conflito de interesses na elaboração das políticas públicas, o que é intrínseco ao ambiente democrático. Produzir dados, estimular a pesquisa

e o debate e avaliar os cenários externos e internos são ações fundamentais nesse processo.

Governos e investidores têm responsabilidade determinante nessa transformação. É mister usar a tecnologia disponível para organizar a vasta quantidade de informações existentes e qualificar a tomada de decisão, desburocratizar e modernizar o ambiente de negócios. O olhar social responsável integrado ao fomento da inovação também é fundamental para garantir a sustentabilidade de uma nova ideia.

Por fim, está claro que aqui se tem todos os ingredientes para transformar o Brasil em polo de inovação e empreendedorismo, basta não perdermos de vista a importância do olhar contextualizado e cuidadoso com as peculiaridades de cada projeto, de cada região e de cada momento. Ideias plantadas no tempo e no espaço corretos, dadas todas as demais condições favoráveis que o Brasil reúne, potencializarão sobremaneira nossos resultados.

Além de recursos, os bons projetos não podem prescindir de uma análise de cenário assertiva, com adequada avaliação de impacto regulatório e as políticas públicas devem estar em sintonia entre si. Podemos melhorar nossa performance usando a tecnologia para promover maior inclusão e proporcionar melhores condições de vida e de trabalho a todos os brasileiros e brasileiras, basta mantermos uma visão política apurada, com respeito à nossa diversidade, estando sempre prontos para reconhecer e apoiar as ideias brilhantes, na hora e no lugar certos.